

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo 26.509 Data/Hora 25/11/2018 10:53:35

Responsável: *mf*

REQUERIMENTO Nº 214 /2018 - SO

Requer ao gerente da unidade de Paraguaçu Paulista da SABESP, Sr. Édison Augusto Ribeiro Lopes informações sobre o cumprimento da Lei nº 3.193, de 9 de abril de 2018 e do Decreto nº 6.307 de 26 de junho de 2018

Excelentíssimo Senhor

SERGIO DONIZETE FERREIRA

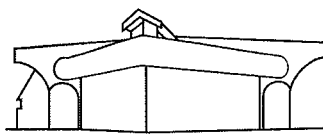
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística Paraguaçu Paulista

O Vereador que este subscreve, nos Termos Regimentais vigentes, **REQUER** ao gerente da unidade de Paraguaçu Paulista da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP (Rua Manílio Gobi, nº 802 - Centro), Sr. Édison Augusto Ribeiro Lopes, as seguintes informações sobre o cumprimento da Lei nº 3.193, de 9 de abril de 2018 e do Decreto nº 6.307, de 26 de junho de 2018:

- 1) Quando necessário a demolição do pavimento a Sabesp e seus terceiros estão pedindo autorização ou comunicando a municipalidade conforme determinam a Lei nº 3.193 e o Decreto nº 6.307?
- 2) O recapeamento ou asfaltamento do pavimento retirado está sendo realizado dentro do prazo de 72 horas após o término da operação?
- 3) Ao realizar a recuperação da via esta empresa e seus terceiros estão observando a qualidade do material empregado e a adequada compactação da base afim de evitar afundamentos ou abertura de novos buracos?
- 4) A Sabesp tem ciência que os serviços executados devem ter padrão ABNT e que durante o prazo de garantia se verificado o

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19700-000 – Paraguaçu Paulista (SP)
CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

desfazimento do pavimento, da via ou passeio público, decorrentes da execução dos serviços de recuperação, a empresa concessionária responsável pela obra será notificada a providenciar a recuperação?

5) A Sabesp tem ciência que as obrigações que tratam a Lei nº 3.193 e o Decreto nº 6.307 são de responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos, ainda que as obras que ocasionem as valas e buracos tenham sido realizadas por terceiros contratados por essas empresas?

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 3.193, de 9 de abril de 2018 e o Decreto nº 6.307, de 26 de junho de 2018 visam disciplinar o conserto de buracos e valas abertos em vias e passeios públicos pelas prestadoras, permissionárias e concessionárias de serviços públicos, uma vez que serviços de qualidade deverá reduzir despesas desnecessárias além de resultar em segurança e conforto a população paraguaçuense. Porém, continuamos recebendo denúncias dos moradores de nossa cidade em relação a qualidade dos serviços que são de responsabilidade da Sabesp.

Neste sentido, necessário se faz obter as informações anteriormente descritas.

Palácio Legislativo Água Grande, 25 de novembro de 2019.


MARIO CESAR GARMS THIMOTEO
Vereador